

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

LILIANE GOMES DA SILVA

GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Refletindo e desconstruindo práticas pedagógicas na pré-escola.

**Aracaju – SE
2019**

LILIANE GOMES DA SILVA

GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Refletindo e desconstruindo práticas pedagógicas na pré-escola.

Artigo Científico apresentado à Faculdade Amadeus como Trabalho de Conclusão de Curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Msc. Carla D. Kohn

**Aracaju – SE
2019**

GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Refletindo e desconstruindo práticas pedagógicas na pré-escola.

Liliane Gomes da Silva¹

RESUMO

Este estudo tem por finalidade refletir e problematizar acerca das práticas pedagógicas que dicotomizam as relações entre meninas e meninos em sala de aula. Visto que, estes estão em processo de formação de identidade é preciso atentar-se para as influências externas a fim de proporcionar a essas crianças um desenvolvimento íntegro e libertador. Em razão disso, questionou-se: Como os professores podem contribuir para que as relações de gênero sejam tratadas de forma respeitosa e igualitária em sala de aula? Como desconstruir práticas pedagógicas que rotulam e limitam a construção de identidade da criança na pré-escola? Foram através dessas indagações que surgiu a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre a questão de gênero de modo a contribuir para que os professores reconheçam esta como importante categoria a ser contemplada no âmbito escolar. Justificou-se a pesquisa devido à necessidade de ampliar o conhecimento sobre as questões de gênero de modo a contribuir para que professores reconheçam o gênero como importante categoria a ser contemplada no âmbito escolar. Para tanto foi estabelecido com objetivo geral analisar as práticas pedagógicas em relação as questões de gênero que rotulam a identidade da criança na pré-escola. Os procedimentos metodológicos desta pesquisa de cunho qualitativo foram a pesquisa bibliográfica, tendo como principais referências teóricas Louro (1997), Finco (2010), Auad (2006) e um estudo de campo realizado com cinco professoras da educação infantil. Concluiu-se que o tema gênero ainda é um tabu, apesar de nos últimos anos ter ganhado visibilidade. Em relação às práticas pedagógicas as professoras se consideram como um “espelho” para os/as alunos/as, influenciando diretamente em suas formações de identidade. Contudo, é preciso ter um novo olhar para com as crianças, respeitando sua subjetividade e estabelecendo condições para que as relações de gênero ocorram de forma igualitária.

Palavras-chave: Gênero. Educação Infantil. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This study aims to reflect and problematize pedagogical practices that dichotomize the relationships between girls and boys in the classroom. Since they are in the process of identity formation, external influences must be taken care of in order to provide these children with an integral and liberating development. As a result, the question was: How can teachers contribute to the respectful and equal treatment of gender relations in the classroom? How to deconstruct pedagogical practices that

¹ Graduanda em Licenciatura Pedagogia pela Faculdade Amadeus. E-mail: liliane.gomes_@hotmail.com

label and limit the construction of children's identity in preschool? It was through these inquiries that the need to collaborate for a better understanding of the gender issues at the school level arose. The research was justified due to the need to increase knowledge about gender issues in order to help teachers to recognize gender as an important category to be considered in the school context. For this purpose, it was established with the general objective to analyze the pedagogical practices regarding the gender issues that label the identity of the child in the preschool. The methodological procedures of this research of qualitative character were the bibliographical research, having as main theoretical references Louro (1997), Finco (2010), Auad (2006) and a field study carried out in two classes of early childhood education. It was concluded that the gender theme is still taboo, although in recent years it has gained visibility. Regarding pedagogical practices, teachers consider themselves as a "mirror" for the students, directly influencing their identity formations. However, it is necessary to have a new look at the children, respecting their subjectivity and establishing the conditions for gender relations to occur in an egalitarian way. It was concluded that the gender theme is still taboo, although in recent years it has gained visibility. Regarding pedagogical practices, teachers consider themselves as a "mirror" for the students, directly influencing their identity formations. However, it is necessary to have a new look at the children, respecting their subjectivity and establishing the conditions for gender relations to occur in an egalitarian way.

Keywords: Genre. Child education. Pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretendeu refletir e problematizar acerca das práticas pedagógicas que de forma direta ou indireta reforçam estereótipos e papéis de gênero que limitam e padronizam as crianças a um modelo culturalmente ditado pela sociedade. Para tal reflexão foi preciso a priori compreender sobre gênero e como as práxis dos educadores influenciam na formação de identidade do sujeito, tendo em vista que no período da educação infantil as crianças estão formando sua personalidade e tornando-se conscientes do seu lugar no mundo. A partir dessa constatação foi relevante salientar que segundo a teoria Vygotskyana é por meio das interações sociais que o indivíduo vai se desenvolvendo cognitivamente. Dar-se aí conforme Silva e Luz (2010, p.21) a importância de “aprimorar as práticas pedagógicas na educação infantil para contribuir com a construção de experiências

mais respeitadas e democráticas”. Apesar das questões de gênero permearem o cotidiano dos meninos e meninas, através de relações de poder, conceitos culturalmente pré-estabelecidos e de ter seu reconhecimento nos temas transversais dos PCNs (Parâmetros curriculares Nacional), ainda é um assunto pouco discutido e vislumbrado nas reflexões dos docentes a respeito de suas práxis.

Dentro desse contexto, questionou-se: Como os professores podem contribuir para que as relações de gênero sejam tratadas de forma respeitosa e igualitária em sala de aula? Como desconstruir práticas pedagógicas que rotulam e limitam a construção de identidade da criança na pré-escola?

Justifica-se a pesquisa devido à necessidade de ampliar o conhecimento sobre as questões de gênero de modo a contribuir para que professores reconheçam o gênero como importante categoria a ser contemplada no âmbito escolar. Todavia, para que estes possam intervir de forma positiva na vida da criança é imprescindível que este profissional possa refletir sobre sua formação e suas ações.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo geral: analisar as práticas pedagógicas em relação as questões de gênero que rotulam a identidade da criança na pré-escola. Seguido por objetivos específicos, tais como: compreender sobre os conceitos de gênero, papéis de gênero e identidade de gênero; demonstrar como as práticas pedagógicas influenciam na formação de identidade do sujeito e entender quanto as práxis educacionais que desrespeitam a subjetividade da criança.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo foram de cunho qualitativo que segundo Fontelles *et. al.* (2009, p.5) “busca a compreensão de fenômenos complexos específicos, em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos”, composto de pesquisa bibliográfica da qual de acordo com Gil (1991,p.48) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e que de acordo com Marconi e Lakatos (2014) tem por finalidade:

“Colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (MARCONI e LAKATOS,2014, p.44).

O aprofundamento da temática foi apoiado em autores/as como Louro (1997), Finco (2010) e Auad (2006), seguida de metodologia fundamentada no estudo de campo tendo em vista que,

A pesquisa de campo é uma fase que é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados.(CARNEVALLI E CAUCHICK MIGUEL,1999, p.1)

Por conseguinte, foram realizadas entrevistas com algumas professoras em um colégio particular, uma escola municipal e um centro social, ambos situados no município de Aracaju/SE. Quanto ao tempo destinado para realização desta pesquisa caracterizasse-o como transversal dado que,

No estudo transversal (ou seccional), a pesquisa é realizada em um curto período de tempo, em um determinado momento, ou seja, em um ponto no tempo, tal como agora, hoje (FONTELLES *et. al*,2009, p.7.

A pesquisa foi desenvolvida em seis momentos: no primeiro momento foi feito a definição do tema; no segundo momento foi estabelecido as questões de pesquisa; no terceiro momento foi desenvolvido a metodologia baseado no estudo de campo; no quarto momento foram realizadas as entrevistas com as professoras; no quinto momento foram analisados os dados recolhidos e feitas as considerações finais; por fim foi feito o artigo como resultado do Trabalho de conclusão de curso.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Compreendendo os conceitos de Gênero, papéis de gênero e identidade de gênero.

Para compreensão do tema abordado a princípio é preciso entender o que os autores dizem sobre gênero, identidade de gênero e papéis de gênero.

Conforme Louro (2000, p.26 apud, COSTA *et. al.*, 2017, p. 2), gênero é,

a construção social feita sobre diferenças sexuais. Gênero refere-se, portanto, ao modo como as chamadas 'diferenças sexuais' são representadas ou valorizadas; refere-se àquilo que se diz ou se pensa sobre tais diferenças, no âmbito de uma dada sociedade, num

determinado grupo, em determinado contexto. (COSTA *et. al.*, 2017, p. 2)

O conceito de gênero de acordo com o pensamento de Scott (1998, apud GROSSI s/d) não se constrói apenas sob uma perspectiva biológica, mas é historicamente determinada através de construções sociais, em que há uma distinção dicotômica entre o feminino e masculino. Portanto, em concordância com Grossi (s/d, p.6), “em todas as sociedades do planeta, o gênero está sendo, todo o tempo, ressignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino. Por isso, diz que o gênero é mutável”.

Todavia, nem todo indivíduo se encaixa nessas construções de gênero correspondente ao seu sexo biológico, esses são os chamados *queers*. Esse termo segundo Louro (2016, apud ALVES E SANTOS, 2018 p. 5 e 6) vem:

Do inglês, não há tradução literal, mas é uma expressão que se equivaleria a estranho, ridículo. Aportando-se à realidade brasileira, podemos nos referir à “bicha”, “viado”, “sapatão”, formas pejorativas de referir-se aos corpos que cruzam as fronteiras de gênero e sexualidade.

Para Finco (2010) essas pessoas que transgridem este modelo heteronormativo² sofrem por divergirem com papéis culturalmente estabelecidos, que são os papéis de gênero. Segundo Grossi (s/d, p.5) “Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papel de gênero”, ou seja, considerando as reflexões de Melo (2018) são representações de diferenças sexuais que muitas vezes reproduzem discursos discriminatórios e misóginos, delimitando de forma dicotômica a sociedade e pondo a margem os que não se encaixam neste paradigma.

A cultura, ou o sistema simbólico, é arbitrária, uma vez que não se assenta numa realidade dada como natural. O sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através da interiorização da cultura por todos os membros da mesma. A violência simbólica expressa-se na imposição “legítima” e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo essas relações, pela doutrinação e dominação, que força as pessoas

² Heteronormativo refere-se ao termo Heteronormatividade que são “práticas culturais que forcem pressupostos de que a heterossexualidade é normal e natural para todas as pessoas. Pesquisadores e ativistas têm estendido o termo para reconhecer e criticar o sistema cômodo e privilegiado de pessoas heterossexuais” (MANNING, 2009, p. 414).

a pensarem e a agirem de tal forma que não percebem que legitimam com isso, a ordem vigente. (Bourdieu e Passeron, 1977 apud, JAKIMIU 2011, p. 2).

Essas representações sociais de gênero influenciam diretamente na formação da identidade do sujeito, pois conforme o pensamento de Stoller (1978, apud GROSSI s/d) é através da socialização que o núcleo desta é formado. Logo a identidade de gênero está relacionada ao que o sujeito se identifica, o que o define correspondendo ou não ao seu sexo biológico. Em consonância com Grossi (s/d, p.8) “todo indivíduo tem um núcleo identidade de gênero que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino”.

As identidades são construtos sociais e históricos constituídos a partir das diversas performatividades que as pessoas escolhem para si em sua relação com o mundo. Só que na realidade, é a heteronormatividade que inscreve nos corpos certos códigos de produção e reprodução sexual na tentativa de produzir identidades pré-estabelecidas. (LOURO, 2000; PRECIADO, 2014, apud MELO, 2018, p.5 e 6).

Portanto, evidencia-se a necessidade de questionar sobre posturas em sala de aula consideradas “naturais”, porém que produzem essas identidades pré-concebidas. Esse questionamento proposto contribui para a autoavaliação do docente frente aos seus posicionamentos em sala, tendo em vista que, o profissional traz consigo toda uma bagagem de valores, ideais e princípios que são praticamente impossíveis de se dissociar do mesmo quando está ministrando a aula.

2.2 Demonstrando como as práticas pedagógicas influenciam na formação de identidade do sujeito.

É na Educação infantil, primeira etapa da educação básica que a criança tem um contato mais vasto com grupos sociais, onde sofre maior influência do meio externo. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 (Brasil, 1996), “marca o início do processo de aprendizagem social das crianças, quando convive pela primeira vez num grupo social mais amplo, com características diferentes das do meio familiar e da escola obrigatória”.

Nesse período segundo Sayão (2002, p.2), evidencia-se que:

Mesmo entre as crianças de pouca idade os papéis de gênero estão muito próximos daqueles vividos pelos adultos que convivem no mesmo contexto cultural, e as identidades de gênero são

experimentadas em diversos momentos de interação entre as crianças.

Logo, os educadores, assim como os pais tem um papel crucial na construção da identidade do sujeito, visto que, são os adultos mais próximos no qual as crianças estabelecem uma relação afetiva e de confiança. Conforme Sayão (2002, p.2) “as crianças vão construindo as identidades e os papéis de gênero nas relações que estabelecem com seus coetâneos e os adultos mais próximos nos espaços educacionais”. Acerca dessa constatação, questiona-se até que ponto as práticas pedagógicas influenciam na formação de identidade do sujeito? Louro (1997, p.63) nos alerta:

O processo de ‘fabricação’ dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como ‘natural’.

Contudo, podemos questionar quais são essas práticas consideradas “naturais” e que estão enraizadas em nossa cultura, sobre isto Louro (1997, p. 63 e 64) problematiza:

Afinal, é "natural" que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que "naturalmente" a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar, então, que muitas vezes eles e elas se misturem" para brincar ou trabalhar? É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão "características" de cada gênero? Sendo assim, teríamos que avaliar esses alunos e alunas através de critérios diferentes? Como professoras de séries iniciais, precisamos aceitar que os meninos são "naturalmente" mais agitados e curiosos do que as meninas? E quando ocorre uma situação oposta à esperada, ou seja, quando encontramos meninos que se dedicam a atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos nos "preocupar", pois isso é indicador de que esses/as alunos/as estão apresentando "desvios" de comportamento?

É preciso refletir sobre as práxis educacionais, que abrangem não somente ao que ensinamos em sala, mas a forma como mediamos esse conhecimento. Em consonância com Louro (1997, p.64) “É indispensável questionar

não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem”. Uma vez que, segundo Finco (2010, p. 52 e 53),

As experiências dos diversos papéis sociais são realizadas desde as idades mais precoces, quando as crianças aprendem a diferenciar os papéis atribuídos a homens e mulheres: aí se enraíza a diferenciação que, muitas vezes, está na base das futuras desigualdades da vida adulta.

Por conseguinte, finalizando o pensamento de Finco (2010, p.52) torna-se “necessário analisar o papel da educação na socialização de meninas e meninos, realizada pela instituição de Educação infantil e questionar sobre processos da construção desta diferenciação”.

Diante dos questionamentos aqui levantados surge a necessidade de refletir sobre atitudes em sala de aula que acabam disseminando o modelo heterossexista³ de sociedade.

2.3 Entendendo a respeito das práxis educacionais que desrespeitam a subjetividade do sujeito.

A escola é a instituição na qual a criança terá o contato mais intenso com outras culturas, logo é um espaço de imponente influência. Portanto é necessário atentar-se sobre como esse local está sendo utilizado, conforme explica Auad (2006, p. 15) “A escola pode ser o lugar no qual se dá o discriminatório ‘aprendizado da separação’ ou, em contrapartida, como pode ser uma importante instância de emancipação e mudança”.

Louro (1997, p.64) vai mais a fundo nesta questão afirmando que “temos que estar atentas/os sobretudo, para nossa linguagem procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui”.

Em vista disso, torna-se imprescindível refletir sobre os discursos em sala de aula, se estão respeitando a subjetividade dos sujeitos ou apenas ensinando-os a seguir padrões. Neste sentido Melo (2018, p.4) expressa: “No que diz respeito aos gêneros, mesmo que não utilize de menções claras e nitidamente intencionais, são ensinadas nas escolas formas específicas do que seja uma menina e do que seja

³ Vem do termo Heterossexismo que é a atitude de preconceito, discriminação, negação, estigmatização ou ódio contra toda sexualidade que não seja a heterossexual, expressa de forma sistêmica.

um menino”. De forma que segundo Auad (2006, p. 77 e 78) “são ensinadas maneiras *apropriadas* de se movimentar, de se comportar, de se expressar e, até mesmo, maneiras de ‘preferir’”.

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão. (LOURO, 1997, p.64)

Nesse processo de ensino deve-se levar em consideração a pluralidade da criança, uma vez que conforme Auad (2006, p. 78):

Os sujeitos, meninos e meninas, não são apenas, receptores passivos de imposições externas. Alunos e alunas, de diferentes modos, reagem, seja ao recusar ou ao assumir, às aprendizagens sobre o feminino e o masculino propostas implícita e explicitamente nos processos educacionais.

Alves e Santos (2018, p. 2) complementa que é necessário compreender “a criança que destoa e bagunça as normas de gênero e sexualidade dentro da escola e tentarmos formular perguntas e respostas, tais como: Como educar para evitar discriminações?”

Para isso Melo nos sugere que (2018, p.3):

É preciso, pois, uma nova prática que seja capaz de abrir mais possibilidades de compreensão e leitura social crítica. Uma educação que seja capaz de incluir homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, assexuais, certamente será de um horizonte mais largo e poderá ser mais justa quanto ao reconhecimento humano dessas pessoas. Mas, não para aí. Sendo o gênero, ou identificação dele, um produto cultural, temporal, gradativamente a sua compreensão também precisa passar por reconstruções constantes e a educação que o fundamenta também.

Outra possibilidade de resposta para essa indagação seria a co-educação termo utilizado por Auad (2006, p. 79) que se refere “ao modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre feminino e sobre o masculino”. Ainda segundo a própria,

Trata-se de uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aula e nas brincadeiras dos pátios. (AUAD, 2006, p. 79)

Contudo, é preciso desconstruir gradativamente os pré-conceitos impregnados em nossas falas e atitudes, de modo que possibilite a criança desenvolver-se de forma espontânea e libertadora, respeitando sua subjetividade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para relacionarmos as referências bibliográficas aqui abordadas com a realidade dos educadores da educação infantil no que concerne as suas práticas pedagógicas, foi aplicado um questionário com cinco docentes de educação infantil graduadas em pedagogia, sendo que duas trabalham na rede privada de ensino, duas na rede municipal e uma trabalha em um centro social, ambos do município de Aracaju/SE.

Com o intuito de salvaguardar as identidades das professoras e das instituições, seus respectivos nomes foram preservados. Com isso, para referir-se as profissionais serão utilizadas as nomenclaturas “professora A”, professora D”, professora K”, “professora I” e “professora S”. O questionário contém sete perguntas subjetivas, nas quais as docentes puderam expor suas opiniões a respeito da relação de gênero em suas práticas pedagógicas. Este foi deixado com as docentes para que elas refletissem com calma em relação as questões e em um período de dois dias os questionários foram recolhidos para análise das respostas.

A priori foi perguntado o que elas compreendiam sobre **gênero** e analisando as respostas foi possível perceber que as professoras D, K, I e S reduziram o gênero ao sexo biológico, compreendendo-o apenas como características de diferenciam o feminino do masculino. Porém de acordo com Auad (2006, pág. 21) apesar de gênero e sexo estarem relacionados,

gênero não é sinônimo de sexo (masculino ou feminino). As relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construído em cada sociedade, ao longo de sua história, para atribuir significados, símbolos e diferenças para cada um dos sexos.

Já a professora A foi a que mais se aproximou do conceito, afirmando que “é que diferencia socialmente as pessoas, ou seja, homem e mulher.” Revelando assim, uma visão mais ampla do que o conceito de gênero abrange, sendo esse algo voltado para construções histórico- sociais, como deixa claro e evidente Souza (s/d, pág.2) em sua fala, explicando que:

O conceito de gênero surgiu entre as estudiosas feministas para se contrapor à ideia de essência, recusando assim qualquer explicação pautada no determinismo biológico, que pudesse explicar os comportamentos de homens e mulheres, empreendendo desta forma, uma visão naturalizada, universal e imutável dos comportamentos. Tal determinismo serviu muitas vezes para justificar as desigualdades entre ambos, a partir de suas diferenças físicas. O que importa, na perspectiva das relações de gênero, é discutir os processos de construção ou formação histórica, linguística e social, instituídas na formação de mulheres e homens, meninas e meninos.

Constatou-se que por não ser um assunto geralmente trabalhado e discutido nas instituições, há uma compreensão superficial do que se tratam os estudos de gênero, restringindo seu conceito a apenas uma diferenciação de sexo.

A posteriori, questionou-se em relação ao **conceito de identidade de gênero** e examinando as respostas percebeu que duas professoras se distanciaram deste. Ao transcrever a fala de uma das professoras, a “S”, pode-se perceber tal distorção, ela disse: “É quando uma pessoa se identifica com um outro sexo (feminino ou masculino)”. Sabe-se que, a identidade de gênero está ligada a forma pela qual cada indivíduo se identifica, ou seja, características que o definem. De acordo com Louro (1997, apud SOUZA, s/d, p. 9) “a identidade de gênero liga-se à identificação histórica e social dos sujeitos, que se reconhecem como femininos ou masculinos”.

Entretanto, as outras três responderam de maneira mais coerente, a professora “I” disse que: “É o modo como o ser (seja homem ou mulher) se identifica com si mesmo”, com esta fala a docente nos evidencia que a identidade de gênero é algo que é construído ao longo da formação do sujeito, pela forma como tal vai atribuindo para si significados. Segundo Souza (s/d, p.8):

Não existe uma identidade prévia, inata, mas processos identificatórios que vão se construindo ao longo da existência. Tais processos são influenciados pelos diversos atravessamentos que constituem os sujeitos - classe social, raça, etnia, religião, gênero etc. Por estar sempre em formação, a identidade caracteriza-se pela incompletude.

Compreender o conceito de identidade gênero auxilia os docentes a ter uma visão mais ampla das diversas possibilidades de configuração de gênero em sala de aula, havendo uma diversidade de identidades que devem ser respeitadas. Para exemplificar esta pluralidade de gêneros encontradas nas escolas, Alves e Santos

(2018) nos evidencia que há “crianças com sexualidades dissidentes, consideradas afeminadas ou masculinizadas e que podem cambiar, as infâncias *queer*” e ainda complementa dizendo que:

Existem na escola diversas crianças que borram as linhas normativas de gênero e sexualidade e subvertem as figuras, os estereótipos de um menino que fortuitamente brinca de boneca ou de uma menina que gosta de jogar futebol. (ALVES E SANTOS, 2018, p. 2)

As próximas perguntas contidas no questionário são referentes às práticas docentes em sala de aula e as posturas dos mesmos vistos as pluralidades de gênero existentes. Perguntou-se: “Em sua opinião, sua **postura em sala de aula** influencia na formação da identidade de gênero dos/as alunos/as? de que forma?” A maioria das respostas foram “sim”, chegando a um senso comum de que “a postura do professor é como espelho para eles, principalmente nas series (anos) iniciais” (professora A).

Uma professora ficou no meio termo afirmando que “tudo vai depender de como meu aluno vai se identificar com seus gestos e atitudes que mostrará daí através de conversas e muitas orientações ele poderá ir aos poucos reconhecer a sua própria identidade”, ou seja, ela quis dizer que através do dialogo e troca de experiências os/as alunos/as iriam construir sua identidade podendo ser influenciado ou não pela postura dela.

Já a professora “K”, afirmou que: “No meu ponto de vista, não. Até porque não vamos para a sala planejada, isso aqui ensino para meninos, isso aqui ensino para meninas. Porém, as vezes passamos por situações em que deixamos explicito o que é de menino e o que é de menina. Um exemplo foi o que aconteceu hoje na sala, um menino chegou empolgado me mostrando que pintou as unhas de azul e marrom e eu perguntei quem havia pintado, segundo ele a irmã foi quem havia pintado a unha e falei para ele que não pintasse a unha, pois isso é coisa de menina”.

Percebe-se, no entanto, que esta foi um tanto quanto contraditória em sua fala, dizendo que sua postura não influenciava, todavia, influenciou seu aluno a seguir um tipo de postura considerado por ela a mais adequada. Dessa forma, conforme Silva e Luz (2010, p.9):

As educadoras proporcionam aos meninos e às meninas experiências distintas ancoradas nos modelos de masculinidade e

feminilidade padronizados em função de uma questionável naturalização do que é 'mais adequado'.

Portanto, ainda de acordo com essas mesmas autoras, entende-se que, “as crianças não apenas reproduzem as representações e práticas dos adultos, mas interagem, negociam e, em muitos casos, transgredem regras impostas”. (SILVA e LUZ, 2010, p. 24).

Para além das práticas docentes, Louro transfere essa influência para instituição escolar como um todo que acaba produzindo e reproduzindo desigualdades sociais, segundo ela,

Se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também *fabrica* sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecermos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitirmos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditarmos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (LOURO, 1997, p. 85 e 86)

Fica claro e evidente que as práticas docentes e suas posturas em sala, são fortes influenciadores na formação de identidade de meninos e meninas, porém, a forma como estes educadores irão conduzir seus comportamentos determinará se sua práxis será limitadora ou libertadora.

Dando continuidade, foram feitas duas perguntas em sua essência semelhantes no que diz respeito ao tratamento entre meninos e meninas e como os docentes lidavam com as pluralidades de gênero existentes em sala de aula. Foi indagado: **“Você diferencia sua forma de tratamento entre meninos e meninas? Explique”** e **“Como você lida com a pluralidade de gênero existente em sala de aula? Corrigindo posturas consideradas ‘inadequadas’ ou dando autonomia para que o/a aluno/a se expresse livremente? Explícite sua resposta”**.

No que se refere a primeira pergunta todas disseram que não e justificaram de maneira bastante similar, uma delas afirmou que “Na sala de aula não faço distinção, o tratamento é igual para todos. Eles carecem da mesma atenção” (Professora S). Ao que tange a segunda, as respostas foram variadas e bem particulares, porém analisando as entrelinhas todas defendem a liberdade de

expressão da criança, porém acreditam serem necessárias algumas intervenções, seja em forma de diálogo ou até mesmo afirmações estabelecidas. Em relação a essas afirmações, que seriam os princípios e valores que cada uma carrega em si, duas professoras demonstraram uma certa rigidez de pensamento, reiterando que interveem quando observam um comportamento não aceito dentro das normas heterossexistas de sociedade. Isto, mostra-se notório na fala da professora D, “Tento lidar da melhor forma possível, porém quando vejo uma criança brincando com um brinquedo dito não normal para o sexo dela, eu procuro intervir, fazendo com que a criança brinque com outro objeto” e da professora K “Costumo deixa-los livres, para escolhas, expressões, atividades e brincadeiras. As crianças são mais espontâneas, quando a deixamos fazer suas escolhas, também percebo que elas acabam sendo mais sinceras e verdadeiras. Mas em uma situação ou outra, acabo manifestando uma orientação mais definida, do que é do gênero feminino e do que é do gênero masculino”. Em relação a esse olhar das educadoras Viana e Finco (2009, p. 272) explicitam:

Homens e mulheres adultos educam crianças definindo em seus corpos diferenças de gênero. As características físicas e os comportamentos esperados para meninos e meninas são reforçados, às vezes inconscientemente, nos pequenos gestos e práticas do dia-a-dia na educação infantil.

Ainda em consonância com estas autoras,

Meninos e meninas desenvolvem seus comportamentos e potencialidades a fim de corresponder às expectativas de um modo singular e unívoco de masculinidade e de feminilidade em nossa sociedade. Muitas vezes, instituições como família, creches e pré-escolas orientam e reforçam habilidades específicas para cada sexo, transmitindo expectativas quanto ao tipo de desempenho intelectual considerado “mais adequado”, manipulando recompensas e sanções sempre que tais expectativas são ou não satisfeitas. Meninas e meninos são educados de modos muito diferentes, sejam irmãos de uma mesma família, sejam alunos sentados na mesma sala, lendo os mesmos livros ou ouvindo a mesma professora. A diferença está nas formas aparentemente invisíveis com que familiares, professoras e professores interagem com as crianças. (VIANA E FINCO, 2009, p.273)

Diante desse posicionamento de tais profissionais, cabe um questionamento, estariam elas realmente respeitando liberdade de expressão dos/as alunos/as? Percebe-se uma certa incoerência, tendo em vista que, há uma

delimitação desta liberdade, não cabendo a livre expressão referente ao gênero. Contudo, Finco (2010, p. 52) nos sensibiliza para o fato de que:

É necessário analisar o papel da educação na socialização de meninas e meninos, realizada pela instituição da Educação Infantil e questionar sobre os processos de construção desta diferenciação. É preciso que estejamos atentos em promover uma prática educativa não discriminatória desde a primeira infância.

Para finalizar, foram cometidas mais duas outras perguntas: **“Como você organiza as crianças para fazer fila, realizar alguma brincadeira ou efetuar uma atividade em grupo?”** e **“Em que situações você sente necessidade de intervir durante as brincadeiras?”**. Em referência a primeira, foi unânime a forma como ocorre a organização de filas e brincadeiras, de maneira natural e espontânea como afirma a professora A “A fila é feita, orientada naturalmente. Para brincadeiras e atividades em grupos são estabelecidas algumas regras, mas não em relação ao gênero.” Entretanto, uma das professoras admitiu que apesar de permitir que os/as alunos/as organizem-se de forma espontânea, em algumas situações a mesma organiza por gênero, como é percebido em sua fala “Na fila a ordem é feita a partir de quem chega primeiro ou as vezes por tamanho. Numa brincadeira mais livre, eles mesmos se organizam, o que muitas vezes se organizam por afinidade. Quando a brincadeira é mais orientada organizo por tamanho e algumas vezes por gênero”. No que se refere a segunda, todas afirmam intervir quando havia algum conflito, desentendimento entre as crianças, ficando explícito na fala da professora S, “Quando percebo situações de violência, agressividade ou de egoísmo”.

Constatou-se que, entre a maioria das professoras em relação a dicotomização de gênero em atividades e brincadeiras não existe essa categoria de organização, deixando as crianças interagirem de forma livre. Sobre isso Sayão (2002, p. 9) nos diz que:

As brincadeiras livres em espaços externos ou internos são, realmente, oportunidades privilegiadas em que as crianças podem vivenciar experiências inovadoras, explorar o proibido, tecer hipóteses sobre as coisas e, paulatinamente, afirmar sua identidade através das interações com a cultura da sociedade.

Não obstante, Auad (2006, p.55) nos abre os olhos afirmando que:

A “mistura” de meninas e meninos no ambiente escolar é insuficiente para o término das desigualdades. Isso só irá ocorrer quando, além de garantir a convivência entre os sexos

masculinos e femininos, também forem combatidas a separação e a oposição dos gêneros masculino e feminino.

Para isto, Auad (2006, p.55) defende “a implementação de uma política de co-educação”, que seria “uma política pública propositiva e implementadora de modos de pensar e transformar as relações de gênero” e ainda uma maneira de questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino, estes percebidos como elementos não necessariamente opostos ou essenciais.”

Percebe-se na fala de Auad e em seu questionamento “qual masculino e qual feminino queremos na realidade escolar e fora dela?” (Idem, 2006, p. 55), que é preciso pensar para além de somente “deixá-los” livres (como fazem as professoras) e significar as práticas pedagógicas dando intencionalidade em todas as suas ações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou a reflexão e compreensão de gênero e até que ponto as práticas pedagógicas libertam ou limitam os sujeitos. De modo que foi possível relacionar e fazer comparações acerca do que é visto nas literaturas e as práxis das profissionais. Foi perceptível também que o gênero na educação infantil ainda é um tema pouco compreendido, a exemplo de sua retirada do Plano Nacional de Educação quando foi homologada em 2017 a BNCC através da resolução CNE/CP nº 2.

Apesar, de nos últimos anos ter ganhado visibilidade com as diversas discussões a respeito das infâncias *queers*, ainda é concebido de forma preconceituosa, tendo sido criado até um termo distorcido, a “ideologia de gênero”. Fazendo menção as respostas das professoras entrevistadas, percebeu-se na fala de algumas a cultura heteronormativa posta na sociedade, comprovando que hoje em dia ainda existem educadores que fazem distinção de gênero. Porém, foi algo identificado na minoria das professoras, das cinco entrevistadas, apenas duas apresentaram essa diferenciação de forma explícita. Outra constatação comparando a teoria com a prática é que realmente há uma influência das práxis e posturas dos docentes a respeito da formação de identidade de gênero dos/as alunos/as, sendo colocado pelas professoras que as crianças as veem como um ponto de referência bastante significativo. Daí reforça-se o pensamento de Louro quando diz que se deve estar atento as atitudes, linguagem, posturas para que não acabe influenciando

de forma negativa a personalidade dos educandos, limitando sua subjetividade. Apoiado nesse pensamento e de outros autores a autoras aqui citados que conseguiu-se responder a uma das questões de pesquisa referente a como desconstruir práticas pedagógicas que rotulam e limitam a construção da identidade da criança na pré- escola? Pois para que haja essa desconstrução é preciso que os docentes estejam acessíveis a essa mudança de postura. Outra indagação posta foi no que concerne à como os professores podem contribuir para que as relações de gênero sejam tratadas de forma respeitosa e igualitária em sala de aula? A resposta para esta é incisivamente defendida por Alves e Santos (2018), Melo (2018), Finco (2010) em que se precisa compreender essas crianças que destoam, transgridem a dicotomização de gênero, dando-as a liberdade de expressar-se.

Os objetivos aqui propostos foram em sua totalidade alcançados, tendo sido feita uma análise e transparecendo de forma teórica como as práticas pedagógicas que rotulam, influenciam a identidade de gênero do sujeito, além de ter ido a campo para constatar a validade desta. Foi possível também compreender os conceitos de gênero, papéis de gênero e identidade de gênero a partir de uma pesquisa minuciosa de autores que falassem a respeito de tais temas. Ademais, através das leituras e pesquisas entendeu-se de que modo as práticas dos profissionais podem desrespeitar a subjetividade do sujeito.

Contudo, é preciso ter um novo olhar para com as crianças, não as ver como meras reprodutoras de comportamentos, mas como diz Finco, sujeitos que transgridem os limites de gênero, que estão em constante formação de identidade e necessitam que sua subjetividade seja respeitada. Para isto, muito além de mudança nas práticas educacionais dos professores é preciso discutir sobre gênero nas escolas, criar políticas públicas que viabilizem sua compreensão, para a não reprodução de comportamentos que agredem a livre manifestação de pensamento e atitude do indivíduo.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas:

AUAD, Daniela. **EDUCAR MENINAS E MENINOS: relações de gênero na escola.** São Paulo: Contexto, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. **GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Digitais:

ALVES, Isabella Nara. Costa; SANTOS, Francineide Marques. da C. **O DESAFIO DAS “INFÂNCIAS QUEER” NO CURRÍCULO ESCOLAR.** Disponível em: <file:///C:/Users/lilia/AppData/Local/Packages/microsoft.windowscommunicationsapps_8wekyb3d8bbwe/LocalState/Files/S0/4/Desafios%20Infância%20Queer%20na%20Escola[2128].pdf>. Acesso em: 16 de Set de 2018.

BRASIL, Câmara dos deputados. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 de Set de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **BASE COMUM CURRICULAR NACIONAL (BNCC).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 30 de Mai de 2019.

CARNEVALLI, José Antonio; CAUCHICK MIGUEL, Paulo Augusto. **DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DE CAMPO, AMOSTRA E QUESTIONÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO TIPO SURVEY SOBRE A APLICAÇÃO DO QFD NO BRASIL.** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2001_tr21_0672.pdf>. Acesso em: 2 de Jan de 2019.

COSTA, Soenilson dos Santos *et. al.* . **GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA.** Disponível em: <file:///C:/Users/lilia/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Artigos%20e%20livros%20para%20o%20tcc/artigo%20sobre%20gênero%209.pdf>. Acesso em: 2 de Set. de 2018.

FINCO, Daniela. **EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPAÇOS DE CONFRONTO E CONVÍVIO COM AS DIFERENÇAS: Análise das interpretações entre professoras meninas e meninos que transgridem a fronteira de gênero.** Disponível em: <file:///C:/Users/lilia/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Artigos%20e%20livros%20para%20o%20tcc/artigo%20sobre%20gênero%205.pdf>. Acesso em: 16 de Set de 2018

FONTELLES, Mauro José *et. al.* . **METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa.** Disponível em:< https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf>. Acesso: 02 de Set. de 2018.

GROSSI, Miriam Pilar. **IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE.** Disponível em:< <file:///C:/Users/lilia/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Artigos%20e%20livros%20para%20o%20tcc/artigo%20sobre%20gênero%201.pdf>>. Acesso em: 3 de Set. de 2018.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. **A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES MASCULINAS E FEMININAS: uma dinâmica de relação de poder.** Disponível em:< http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5289_2773.pdf>. Acesso em> 16 de Set de 2018.

MELO, George Souza de. **EDUCAÇÃO DE GÊNEROS: uma conversa introdutória.** Disponível em:< [file:///C:/Users/lilia/AppData/Local/Packages/microsoft.windowscommunicationsapps_8wekyb3d8bbwe/LocalState/Files/S0/4/Educação%20de%20Gêneros%20Conversa%20Introdutória\[2127\].pdf](file:///C:/Users/lilia/AppData/Local/Packages/microsoft.windowscommunicationsapps_8wekyb3d8bbwe/LocalState/Files/S0/4/Educação%20de%20Gêneros%20Conversa%20Introdutória[2127].pdf)>. Acesso em: 16 de Set de 2018.

SAYÃO, Deborah Thomé. **A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E PAPÉIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA: ARTICULANDO TEMAS PARA PENSAR O TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Pensar a Prática 5: 1-14, Jul./Jun. 2001-2002. Disponível em:< <file:///C:/Users/lilia/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Artigos%20e%20livros%20para%20o%20tcc/artigo%20sobre%20gênero%204.pdf>>. Acesso em: 30 de Set. de 2018

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues. **MENINOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero.** Cadernos pagu (34), 2010. Disponível em:< <file:///C:/Users/lilia/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Artigos%20e%20livros%20para%20o%20tcc/artigo%20sobre%20gênero%203.pdf>>. Acesso em: 30 de Set de 2018.

SOUZA, Jane Felipe de. **GÊNERO E SEXUALIDADE NAS PEDAGOGIAS CULTURAIS: implicações para a educação infantil.** Disponível em:< <file:///C:/Users/lilia/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Artigos%20e%20livros%20para%20o%20tcc/artigo%20sobre%20gênero%202.pdf>>. Acesso em: 23 de Mar de 2019.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. **MENINAS E MENINOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma questão de gênero e poder.** Disponível em:< <file:///C:/Users/lilia/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Artigos%20e%20livros%20para>

a%20o%20tcc/gênero%20na%20educação%20infantil%201.pdf>. Acesso em: 13 de Abril de 2019.

WIKIPÉDIA. **Heterossexismo.** Disponível em:<
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Heterossexismo>>. Acesso em: 31 de Mai de 2019.